

UNIVERSIDADE TIRADENTES

GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS

GILMARA NERES VIEIRA

JOÃO PAULO DOS SANTOS

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:  
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL  
CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO EM  
PROPRIÁ/SE

PROPRIÁ  
2015/1

GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS

GILMARA NERES VIEIRA

JOÃO PAULO DOS SANTOS

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:  
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL  
CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO EM  
PROPRIÁ/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Tiradentes como pré-requisito para a  
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Pricylla Kariny Maria  
Rodrigues Moura.

PROPRIÁ  
2015/1

GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS  
GILMARA NERES VIEIRA  
JOÃO PAULO DOS SANTOS

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:  
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL  
CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO EM  
PROPRIÁ/SE

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Esp. Pricylla Kariny Maria Rodrigues Moura  
Professora Orientadora – UNIT

---

Ms<sup>a</sup> Ilma Cristina de Oliveira  
Avaliador da Pré-Banca  
UNIT

---

A.S. Eliana Silva  
Avaliador da Banca

PROPRIÁ  
2015/1

*(in memoriam)*

Dedico este estudo científico a minha avó de coração, Helena (Delelena), que sempre me mostrou que eu poderia tudo, sempre me defendendo de tudo e de todos. O meu muito obrigada!

**GILMARA NERES VIEIRA**

Dedico este estudo científico a Deus primeiramente, à minha família e aos meus amigos e a todos que acreditaram em mim.

**GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS**

Dedico este estudo científico à minha mãe, Maria Rosendo dos Santos, a meu Pai, João Meneses dos Santos e a minha Tia Jucineide, que sempre me incentivaram, sendo compreensivos quando precisei para a concretização deste sonho. O meu muito obrigado!

**JOÃO PAULO DOS SANTOS**

## AGRADECIMENTO

Senhor, tu és o meu Deus; eu te exaltarei e louvarei o teu nome, pois com grande perfeição tens feito maravilhas, coisas há muito planejadas. Isaías 25:1

Agradeço primeiramente a DEUS, pela sua constante presença em minha vida, dando-me sempre força, sabedoria, paciência e coragem para prosseguir firmemente neste processo de descobertas e desafios, e segundo a Nossa Senhora, pela sua proteção e seus cuidados comigo ao longo dessa jornada. Toda glória e louvores são para ti, Senhor!

Ao meu pai José Norato (*em memória*), que mesmo não estando presente, deixou em mim os sábios ensinamentos de nunca perder a fé diante das dificuldades. A minha mãe Gedalva, pelo apoio e incentivo nas horas mais difíceis e por compreender muitas vezes o motivo de minha ausência.

Aos meus irmãos Genildo, Genilton, Genilson e a minha irmã Genilde e meu cunhado Antonio Carlos, pela compreensão, paciência e todos os esforços realizados para que eu chegasse até aqui.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas Luana, Adélia, Reivisson, Eduardo e meu pequenino Lucas por entender os momentos de ausência e estresse. Aos meus primos e primas. Tios e tias. Afilhados e afilhadas e a todos da comunidade de Boa Esperança que torceram pelo alcance dessa conquista.

Ao corpo docente da Universidade Tiradentes que me proporcionaram conhecimentos. A supervisora de estágio Aline Cristina, pessoa espetacular que tive

oportunidade de conhecer. Às professoras Conceição e Ilma, obrigada pelas palavras e ensinamentos que me motivaram a prosseguir num momento de incerteza. À Professora Priscylla pelas orientações, apoio e confiança na elaboração deste trabalho. Obrigada por tudo!

Aos participantes do Grupo de Oração Universitário, nas pessoas de Fernanda, Glauber, Amanda, Jarmisson e tantos outros que contribuíram para que os encontros acontecessem.

Ao Senhor José Américo Lima, a Rosangela Deolinda e a Jaldilene pela confiança e oportunidade de fazer parte da equipe de profissionais da Assistência Social. Meu muito obrigada!

Aos meus amigos e amigas de trabalho Dona Elenilda, Jaqueline, Marcos Antônio, Marcos Barbosa, Luzineide (Lia), Débora, Simone, Bárbara Rocha, Kelly, Dona Antônia, Rosangela, Alcivones, Seu Antônio, Djenane, Eliene, Percilia, Eliana, Barbara Moraes, Andrea, Bastos e Olavo. E as Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Obrigada pela força e compreensão!

Aos meus colegas/amigos de sala Rosângela, Thâmara, Janice, Ivan Rosivânia, Laura, Milena, Dulcimara, Ricardo, Jismarquesiane, Flávio, Manuela e tantos outros que não continuaram conosco, mas estão em minhas lembranças. Obrigada por todos os momentos!

Aos meus amigos e irmãos de construção deste trabalho, João Paulo e Gilmara, sabemos que não foi fácil, mas foi maravilhoso estar com vocês em todo tempo, nas partilhas de saberes, conversas, risadas, preocupações, tudo valeu a pena! Obrigada por tudo! Saibam que vocês vão continuar presentes em minha vida.

A Airton, pessoa maravilhosa que não mediu esforços para nos auxiliar em todos os processos desta construção.

E por fim, a todos que de forma direta e indiretamente fizeram parte de minha formação acadêmica. Meu muito obrigada!

Deus abençoe a cada um!

**GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS**

## AGRADECIMENTO

Ao concluir este SONHO, lembro-me de muitas pessoas a quem ressalto reconhecimento, pois, esta conquista não aconteceria sem a contribuição de cada uma delas, seja direta ou indiretamente.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fonte de vida e libertação, que me agracia todos os dias no seu amor e me faz acreditar num mundo mais justo, mais humano, crença essa que me mantém em pé todos os dias da minha vida. Sem Ele, não estaria aqui. Sem Ele não seria nada. Obrigada ao Deus da minha Vida!

A todos da minha família que me incentivaram na constante busca pelo conhecimento. Em especial aos meus pais, Gilzena Neres e Cícero Vieira, aos meus pais de coração, Iara Maria e Nilson Dantas, agradeço-os por me incentivarem a essa realização, por me apresentar a simplicidade e o gosto pela vida, inculcando valores sem os quais jamais teria me tornado um ser humano que preza pela sinceridade, decência, ética e respeito.

Agradeço também aos colegas/amigos (as) Rosângela, Thamara, Milena, Dulcimara, Laura, Manuela, Ivan, Janice, Rosivania e em especial Genilza e João Paulo parceiros na vida acadêmica como também parceiros neste longo e curto caminho para a conclusão deste TCC. Gostaria de expressar minha enorme gratidão e amizade a eles, foram momentos de alegrias e principalmente de angústias, afinal estávamos no ponto onde tudo era decisivo, pois estávamos na reta final, o que nos separava da vitória eram apenas barreiras psicológicas, que com força de vontade e incentivos mútuos conseguimos derrubar. Meu muito obrigada!



Agradeço a Eliana Silva, Assistente Social de Propriá/SE, por fazer parte da Banca Examinadora, ao qual se fez muito agradecida pelo convite recebido. Deixo aqui meu agradecimento de coração e expresso que é uma honra apresentar este trabalho de conclusão de curso a uma profissional dedicada e qualificada, a qual serve de espelho para quem deseje ser um profissional responsável e comprometido.

Agradeço a Ms<sup>a</sup> Ilma por fazer parte da Banca Examinadora, porém, de antemão, gostaria de dizer a grande profissional que esta professora é, pois a mesma sempre incentivou o aluno a fazer mais. Lembro-me da elaboração de um Projeto para a matéria de Gestão Social onde a mesma era a professora, incentivos e explicações não faltaram. Muito obrigada por ser uma profissional excelente e por nos permitir a sua presença neste TCC. Muito Obrigada!

Agradeço a Airton, graduado em Serviço Social, que há pouco concluiu sua vida acadêmica e mesmo assim não mediu esforços para nos auxiliar em todos os processos desta construção. Obrigada sei que este tempo que você passou nos auxiliando poderia ser de descanso, pois como falei acima, você há pouco passou por este mesmo processo que nós. Muito Obrigada e que Deus te abençoe!

À Professora Priscylla que me proporcionou conhecimento, pelas orientações, apoio e confiança na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Obrigada por tudo!

Agradeço-os imensamente pela contribuição de cada um nessa minha etapa de formação.

*“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa*

*vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.”*  
*(Charles Chaplin)*

**GILMARA NERES VIEIRA**

## **AGRADECIMENTO**

Quero agradecer a todos os professores do Curso de Serviço Social. Para mim, foi uma experiência riquíssima e, talvez, o maior elogio que lhes posso fazer é que gostaria que todos aqueles que frequentam o mundo acadêmico pudessem, de algum modo, estar em contato com estes seres humanos fantásticos, que combinam dois aspectos que, para mim, são essenciais num professor: o primeiro deles é a enorme competência em dar aulas e o segundo é a vertente mais humana, em que para além de bons professores são também pessoas que se podem confiar e manter uma ligação de amizade. Não minto que alguns deles me tocaram mais que outros. Não vou personalizar, porque, no geral, todos eles merecem o meu respeito e admiração.

Não poderia esquecer os diversos amigos que caminharam ao meu lado todos estes anos e sempre estiveram presentes para o melhor e para o pior. Aos amigos do passado, presente e do futuro um muito obrigado por tudo. Vocês estarão sempre nas minhas lembranças e na minha vida.

**JOÃO PAULO DOS SANTOS**

*“Escute os sábios e procure entender o que eles ensinam. Sim, peça sabedoria e grite pedindo entendimento. Procure essas coisas, como se procurasse prata ou um tesouro escondido. Se você fizer isso, saberá o que quer dizer temer o Senhor, e aprenderá a conhecê-lo. É o Senhor quem dá sabedoria; a sabedoria e o entendimento vêm dele.”*

**Provérbios 2: 2 a 6**

## RESUMO

Este estudo visa contribuir com o debate sobre a importância da inserção do assistente social no meio educacional, tendo em vista que a educação é uma política social que visa à emancipação do indivíduo. O mesmo apresenta uma reflexão do projeto de lei nº 3.688/2000 que dispõe sobre a inserção do assistente social nas escolas, buscando entender a percepção de professores e alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Britto, no município de Propriá/ SE. Os métodos desta pesquisa foram qualitativos com viés dialético, utilizando entrevistas estruturadas para obtenção de dados necessários. Os resultados evidenciaram a necessidade da inserção do Assistente Social na educação, pois no cotidiano escolar ocorrem expressões da questão social, cuja complexidade de demandas o conhecimento pedagógico não consegue atender. Nesse contexto, o Assistente Social é o profissional que poderia contribuir nas escolas públicas com as ações que possibilitam a educação como uma prática de inclusão social.

**Palavras chaves:** Serviço Social, Educação, Intervenção Profissional.

## **ABSTRACT**

This study aims to contribute to the debate on the importance of integrating social worker in the educational environment, given that education is a social policy aimed at the emancipation of the individual. The same presents a reflection of Bill No. 3688/2000 which provides for the inclusion of social workers in schools, seeking to understand the perception of teachers and students of the 3rd year of high school from the State College Colonel John Fernandes de Britto, in the municipality of Propriá/SE. The methods of this research were qualitative with dialectical bias, using structured interviews to obtain necessary data. The results showed the need for inclusion of the social worker in education as in everyday school life occur expressions of social issues, whose complexity demands pedagogical knowledge can not meet. In this context, the social worker is a professional who could help in public schools with the actions that enables education as a practice of social inclusion.

**Key words:** Social Services, Education, Professional Intervention.

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLA**

**ABEPSS** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

**CAS** - Comissão de Assuntos Sociais

**CE** - Comissão de Educação

**CEC** - Comissão de Educação e Cultura

**CEL** - Coronel

**CEP** - Código de Ética Profissional

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CJC** - Constituição Justiça e de Cidadania

**CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social

**CSSF** - Comissão de Seguridade Social e Família

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**ES** - Espírito Santo

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** - Ministério da Educação

**PL** - Projeto de Lei

**PLC** - Projeto de Lei de Origem da Câmara

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**SE** - Sergipe

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
--------------------	----

## **CAPÍTULO I**

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	22
--	----

2.1 POLITICA DE EDUCAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	27
---	----

2.2 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE CIDADANIA E A IMPORTANCIA E FINALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	31
--	----

2.3 OS DESAFIOS DA ESCOLA NO SÉCULO XXI.....	33
--	----

## **CAPÍTULO II**

3. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	36
--------------------------------------	----

3.1 O PROJETO DE LEI 3.688/2000 QUE DISPÕE SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA.....	38
---	----

3.2 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	41
---	----

## **CAPÍTULO III**

4.A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO EM PROPRIÁ/SE.....	46
---	----

4.1 HISTÓRICO DA ESCOLA .....	46
-------------------------------	----



4.2 PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS PELA ESCOLA CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO.....	48
4.3 VISÃO DO CORPO DOCENTE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	49
4.4 VISÃO DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	52
5. CONCLUSÃO.....	56
6. REFÊRENCIAS.....	58
7. APÊNDICES	

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a viabilidade da inserção do Assistente Social na equipe multiprofissional do Colégio Estadual João Fernandes de Britto, no município de Propriá/SE. Tendo como componentes Genilza Rodrigues dos Santos, Gilmara Neres Vieira e João Paulo dos Santos e como orientadora Pricylla Kariny Maria Rodrigues Moura do Curso de Serviço Social no ano de 2015/1.

A crescente expansão da educação no Brasil, nos últimos anos, tem ocorrido devido à conscientização da necessidade de que o processo de ensino-aprendizagem necessita de atenção especial. Sabe-se, contudo, que o foco principal de uma intensa luta pela busca da educação para a formação cidadã é um ensino de melhor qualidade.

O serviço social na educação vem se expandindo ao longo do tempo e através deste contexto podemos notar a importância e sua necessidade em prol das condições sócio-educacionais. Com isso, contribuir e intensificar a luta pela educação como proposta de direito social e a atuação do Serviço Social nesta política pública é essencial para consolidar a garantia de direito.

No entanto, a inserção do serviço social no sistema educacional tem como referência legal o Projeto de Lei número 3688 de 2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de assistente social e psicólogo nas escolas públicas de educação básica para o acompanhamento dos alunos e da comunidade.

Contudo, é importante ressaltar que a escola é o equipamento fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade. O

assistente social ao ser introduzido neste espaço tem como principais características contributivas: atuar em prol da redução da desigualdade e da exclusão social. Pois, o mesmo deve seguir os princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social, que norteia as atribuições do profissional do Assistente Social, cujo empenho é adequar-se às novas condições postas, por meio do agir crítico e reflexivo, proporcionando a expansão da educação para emancipação do sujeito.

O Projeto Ético Político do Serviço social prioriza o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização; a ampliação e consolidação da cidadania.

Na construção de um novo perfil profissional e de novas áreas e campos de intervenção, onde foram emergindo as conquistas dos direitos cívicos e sociais que acompanharam a restauração democrática na sociedade brasileira (práticas interventivas junto a categorias sociais como criança, adolescente, mulheres, e outras).

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 6º, classifica em seu texto os direitos sociais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção, maternidade, infância e assistência aos desamparados. IAMAMOTO (2010) reconhece que os direitos se realizam quando de fato as relações entre os indivíduos sociais se estruturam e passam a ser reconhecidos como sujeitos de valores.

No art. 205º da Constituição Federal de 1988, fica nítido que é de grande relevância o envolvimento das esferas de poder ao visar o desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho na garantia de educação ao indivíduo. Visto que, a mesma é definida como direito de todos, dever

do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade civil.

O Assistente social tem como principal desafio compreender a realidade dos indivíduos construindo propostas coerentes para atender às suas necessidades. O papel do profissional é ser proativo, pois se projeta frente à sociedade, através de metas e projetos políticos capazes de transformar a realidade da sociedade. Assim sendo, o assistente social colocaria em prática, políticas sociais de combate às desigualdades.

Diante do exposto, esse estudo partiu da necessidade de uma investigação que contribua para conhecer profundamente o grau de importância da inserção do Assistente Social no âmbito educacional. Para tanto, a pesquisa propõe no:

**Capítulo I:** Um estudo sobre a educação no Brasil desde seus primórdios, analisando o contexto histórico para se entender as mudanças e ações desde sua origem até os dias atuais, enquanto política pública, educação um direito de todos. Com enfoque no papel da escola, no processo de cidadania para a formação de cidadãos e os desafios enfrentados pelas escolas no século XXI.

No **capítulo II:** Aborda o Serviço Social na educação, o Projeto de Lei 3.688/2000 que discorre sobre a presença de assistentes sociais nas escolas, e a importância de seu trabalho junto aos estudantes e suas famílias. Nesse sentido, contribuiriam para melhoria do rendimento escolar, uma vez que estes seriam capazes de tratar problemas sociais que interferem na trajetória de escolarização das crianças. A intervenção do Assistente Social na escola tem como objetivo auxiliar a equipe interdisciplinar no enfrentamento das expressões da questão social que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, no **capítulo III**: Apresenta a metodologia da pesquisa e a análise e interpretação do material coletado. De início, será feito um breve histórico da escola, alvo da pesquisa, também pontuando os sujeitos envolvidos no estudo e o lócus da pesquisa. Por fim, irá se apresentar a análise dos dados do estudo, realizado com o corpo docente e alunos do 3º ano do Ensino Médio da escola estadual do município de Propriá/SE.

As questões norteadoras dessa pesquisa buscaram conhecer:

- A opinião dos docentes e discentes do 3º ano do Ensino Médio acerca da importância da inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da educação;
- As demandas apresentadas no interior da escola;
- O nível de conhecimento do professor e dos alunos acerca do projeto de Lei 3688/2000.

Dentro do processo metodológico, a pesquisa é qualitativa com o viés dialético, pois surge a necessidade de se perceber a realidade na qual está inserido o Serviço Social no campo interdisciplinar da educação, sendo assim, de fundamental importância para o conhecimento dos fatos em que consiste a intervenção profissional à frente das demandas.

Para os pesquisadores, o estudo permitiu uma análise crítica da importância do trabalho do assistente social junto às escolas, onde ficou evidente a necessidade da inclusão do saber sócio assistencial para interferir nas relações cotidianas e na identificação das mais variadas expressões da questão social atreladas ao âmbito da educação.

## 2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo analisar a História da educação no Brasil, partindo do princípio de que são várias concepções de ensino ao longo da História. Num primeiro momento será apresentado um pequeno contexto histórico que fica evidente que muitos anos antes de se tornar um dever do Estado e Direito de todos os cidadãos, a educação era acessível a poucos, ou seja, só poderiam desfrutar do conhecimento pessoas socialmente merecedoras de modo que os demais não precisariam aprender.

A origem da humanidade está fundamentada tão somente na luta de classes. Segundo SAVIANI (2003), a sociedade é marcada pela divisão entre grupos ou classes que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material. Os fatores decorrentes dessas relações resultam em uma divisão no interior das sociedades.

Segundo BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009), na sociedade grega apenas os filhos da aristocracia tinham uma educação, e essa seria individual e com auxílio de um preceptor, sendo que os indivíduos tinham uma educação moral a qual os orientava a um bom caminho.

A igreja Católica teve forte representação quanto à disseminação da Educação no Brasil, foi um dos pioneiros na criação de escolas, lugar destinado aos estudos, no qual, necessita ter um desejo pelo saber e um gosto por esse tipo de ocupação.

O jesuíta, além de psicologicamente ativo pela idéia de catequese, é dotado de um aparato intelectual notável: sabe construir com terra,

madeira ou pedra, conhece desenho e geometria, fala duas ou três línguas européias além do latim e se move tão à vontade nos trâmites dos negócios da corte quanto no convés de um navio. (SALA, 2002, p.17).

Conforme BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009) os jesuítas foram um dos primeiros a serem disseminadores do saber, pois faziam parte de uma ordem fundada por Inácio de Loyola, em Paris (1534), com objetivos de levar o catolicismo a novos povos e de fazer frente à expansão da reforma protestante\*.

De acordo com BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009), os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza. À frente, estava o famoso padre Manoel de Nóbrega. Contudo, o primeiro “professor”, no sentido da palavra, foi Vicente Rodrigues, que na época tinha apenas 21 anos. Durante os próximos 50 anos, ele se dedicou ao ensino e à propagação da fé católica.

Os jesuítas se dispuseram a ensinar aos índios a ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul, e em 1570, vinte e um anos após a chegada deles, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). (BISPO, SANTOS, NASCIMENTO, 2009).

Ainda segundo, BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009), as principais ações jesuítas eram a pregação, cantos, alfabetização, orações e o ensino do latim que ocorriam nas igrejas e seminários. A sua prática educativa consistia em duas

---

\* **Reforma Protestante:** foi um movimento reformista cristão culminado no início do século XVI por Martinho Lutero, quando através da publicação de suas 95 teses, em 31 de outubro de 1517 na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, protestou contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica Romana, propondo uma reforma no catolicismo romano.

formas: uma positiva, enquanto prática civilizadora, e uma negativa, pois os mesmos utilizavam a violência para impor seus pensamentos e objetivos, sendo taxados como guerreiros, já que a maior intenção dos mesmos era catequizar os nativos a fim de absorver novos fieis.

Para tanto, eles começaram a catequizar as crianças, visto que assimilavam rapidamente os ensinamentos e os novos costumes, e esses passariam a seus pais depois que aprendiam sobre a salvação, assim se perpetuava o modelo de educação proposto pelo catolicismo.

Cabe frisar que, para afastar os índios dos interesses dos colonizadores, os jesuítas criaram as missões, sendo estas, mais afastadas no interior do país. Nessas missões, os índios além de passarem pelo processo de catequização, também eram orientados no trabalho agrícola, que garantia a todos um meio de sobrevivência.

Essa idéia acabou se transformando em uma armadilha: as missões transformaram os índios nômades em agricultores de endereço fixo, o que contribuiu para facilitar a captura deles pelos colonos, que conseguiram muitas vezes capturar tribos inteiras nas missões. Duzentos e dez anos de educação e influência dos jesuítas chegaram ao fim em 1759. Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal (primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777), acusou-os de conspirarem contra o reino e os expulsou de todas as terras sob a influência de Portugal.

Com a saída dos jesuítas, a educação brasileira vivenciou uma grande ruptura histórica em seu processo educacional, afinal de contas, o modelo jesuítico era um processo implantado e consolidado como modelo educacional em nosso país.



A mulher sempre foi uma figura excluída dos meios sociais onde a mesma não tinha direito ao acesso à educação. A mesma só tinha direito à educação desde que estivesse sobre as atividades domésticas, ou seja, a mulher tinha que aprender a se dedicar ao homem, esta deveria saber cozinhar, cuidar dos filhos e desempenhar as demais tarefas do lar.

A constituição delicada das mulheres, perfeitamente apropriada à sua destinação principal de perpetuar a espécie, de velar com solicitude nos primeiros tempos perigosos dos primeiros anos, sua constituição as limita aos trabalhos em casa, ao sedentarismo que esses trabalhos exigem. Sem dúvida, a mulher deve reinar no interior de sua casa, que deve fazer sua felicidade e sua glória. Em qualquer outro lugar ela estaria deslocada. (LELIÈVRE, Françoise; LELIÈVRE, Claude, 1991, p. 36).

As mulheres além da aprendizagem doméstica não recebiam nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não podiam ser iguais em direitos. Enquanto os homens tinham uma educação baseada na Filosofia, Matemática e etc., a educação que as mulheres recebiam era de como se comportar perante a sociedade e a respeitar o seu marido. Esse era um dos princípios do primeiro colégio para mulheres, onde somente mulheres abastadas da sociedade podiam participar, ou seja, mulheres ricas e distintas.

Elas, portanto, tinham uma educação que lhes permitia serem educadoras de suas crianças de acordo com a moral e costumes: o amor à Pátria e ao trabalho, a honra, a bravura e as tarefas domésticas especificamente destinadas às mulheres. Isso era importante para assegurar a felicidade comum dos dois sexos.

Com o Estado Novo, em 1937, onde a educação era excludente, os pobres só podiam aprender para trabalhar e as mulheres só agora poderiam aprender a ler e escrever. Inicia-se aí uma nova era na Educação Brasileira, tanto

para os homens como também para as mulheres que agora deixaram de ser invisíveis e passaram a ser um dos objetivos da educação. Pois, o mundo vivia um momento de crescimento industrial e de expansão urbana, daí a necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento.

Segundo BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009), o Estado Novo não estava disposto a direcionar sua atenção para democratizar a educação à população. A partir disto, o movimento de renovação do ensino ganha força após a divulgação do manifesto dos pioneiros da educação nova, que defendia a universalização da escola pública laica\* e gratuita, dando início ao movimento pedagógico que foi chamado de Escola Nova.

Ainda, BISPO, SANTOS, NASCIMENTO (2009), este movimento colocou o aluno como centro do processo de aprendizagem, dando atenção especial à natureza psicológica da criança, ou seja, precisaria atender aos interesses e necessidades da infância, cabendo ao professor despertar a atenção e curiosidade do educando, ou seja, não apenas transmitir, mas facilitar a aprendizagem.

Segundo DUARTE (2010), o Movimento da Escola Nova também pretendeu criar uma escola que respeitasse a individualidade dos alunos, procurando ter em conta o desenvolvimento das suas aptidões, como também incorporou as preocupações da sociedade e os avanços científicos; como também, a importância da observação do indivíduo e suas potencialidades físicas e mentais para um melhor aprendizado.

Apesar de todo o seu sucesso, o movimento da Escola Nova não conseguiu modificar de maneira significativa o modo de operar das redes de escolas e perdeu força sem chegar a alterar o cotidiano escolar. A Escola Nova recebeu muitas críticas. Foi acusada principalmente de não exigir nada, de abrir mão dos

conteúdos tradicionais e de acreditar ingenuamente na espontaneidade dos educados.

É também de extrema relevância abordar que a política educacional implementada pelo governo pós-64, além de seu caráter notoriamente visando à venda da mercadoria “Educação”, tem também a função ideológica bem atuante, respondendo bem à reprodução da ideologia e, por meio dela, do sistema de relações sociais. Observa-se que o sistema educacional tem em vista a qualidade no que tange à produtividade da educação, o baixo custo de mão-de-obra numerosa, mas que se tenha mantida a qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, visivelmente adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente. Esta política acaba criando, na prática, dois sistemas: o público e o privado (SEVERINO, 1986).

## **2.1 POLITICA DE EDUCAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

A Constituição Federal de 1988 marca um novo período no Brasil, promulgada no amplo movimento de redemocratização do país, ampliando-se as responsabilidades do poder público e da sociedade em geral para a construção de uma educação a partir das novas demandas do mundo após o sistema neoliberal.

As transformações advindas desse sistema implantaram no país novos procedimentos partindo de atos referenciais de uma política constituinte no que se diz respeito à política educacional, visando à educação como um processo de formação contínua do indivíduo e de uma função social no desenvolvimento de

atividades para atender demandas através de seu equipamento educacional, a escola.

No art. 205º da Constituição Federal de 1988, é afirmado que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Constituição, 1988).

Diante da citação mencionada acima, podemos compreender que a educação é um dever do Estado e da família na complexidade para a sua efetivação. Portanto, o processo educacional é considerado como elemento que tem o papel de proporcionar o desenvolvimento da pessoa humana na relação de cidadania e da sua formação para o mercado de trabalho.

Segundo BONIN (2008), a cidadania pode ser definida simplesmente pelo gozo de direitos civis e o cumprimento de deveres de acordo com as leis de determinada sociedade. Sendo assim, a educação, hoje é considerada como um objeto fundamental para intervir na dinâmica da vida social do indivíduo.

Por sua vez, vemos que no artigo 206, o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber;
- III- Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, e coexistências de instituições públicas e privadas do estado;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingressos exclusivamente por concursos públicos de provas e títulos, aos /das redes públicas.
- VI- Gestão democrática do ensino público, na forma de lei;
- VII- Garantia de padrão de qualidade

VIII- Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Vale destacar, que não basta apenas o indivíduo ter acesso à escola, mas também a permanência do mesmo, tendo em vista a necessidade da prática dos atos supracitados nos incisos para uma verdadeira efetivação do direito social do cidadão.

Segundo SANTANA (2010), a estrutura da educação atual decorre da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº 9394/9 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como, as Emendas Constitucionais em vigor. Assim, as instituições educacionais brasileiras têm o objetivo de estabelecer regulamentos específicos, com a finalidade de desenvolver e orientar atividades na sua esfera.

Sendo que a política para alcançar seus objetivos, é de fundamental importância à coexistência de:

Órgãos, normas (leis, pareceres, portarias, regimentos, etc.), que vão estabelecer tarefas e responsabilidades visando ação organizada na direção dos objetivos estabelecidos, passando a constituir, descrever e a dar forma à estrutura da organização (SANTANA, Jacqueline 2010, p. 55).

Contudo, é necessário lembrar que a esfera educativa brasileira possuiu alterações ao longo do desenvolvimento histórico ao cumprir determinações precisamente do dever de transformações promovidas pelo sistema capitalista, em que a educação aconteceu com prerrogativas mínimas na consolidação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente.

O respeito a estes direitos é dever daqueles que têm o comando em diferentes níveis de poder, sobre a atividade de que fazemos parte. Sua responsabilidade exige deles ou delas que cumpramos os nossos deveres. O desrespeito aos direitos e o não cumprimento de deveres entre nós é de tal modo generalizado e afrontoso que o clima que nos caracteriza é o da irresponsabilidade. (FREIRE, Paulo. p 44, 2001).

De acordo com a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90 – art. 53), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), a educação é um dos direitos. O direito à educação, bem como, o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido a partir de aparatos legais.

Diante dos ensinamentos de BERTOLDO, JIMENEZ, MOREIRA, (2012) percebe que a esfera da educação é vista como algo “análogo, em que nasce da necessidade de reprodução da sociedade de classe (pag. 38)”. Levando em consideração a linha de pensamento desses autores e a realidade vivenciada no cenário brasileiro, é possível afirmar que as ações realizadas dentro das políticas públicas, inclusive a da educação, ainda possuem fortes influências e determinações do Estado.

[...] a escola se limita a reproduzir no seu interior a desigualdade de oportunidades que caracteriza a estrutura de nossa sociedade. E mais ainda: aos dotados mais privilegiados com maior preparação intelectual e profissional, a escola os confirma e sedimenta em seus privilégios. (BERTOLDO, 2012, p. 41).

Sendo assim, é possível analisar que os direitos educacionais necessitam ser respeitados por todos profissionais inseridos na área da educação e que contribuem na formação para exercer a cidadania, pois a educação é direito público,

e isso quer dizer que o acesso ao ensino fundamental e médio é obrigatório e gratuito; o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público (federal, estadual, municipal), ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Vale ressaltar, que a escola tem um papel importante na sociedade, pois serve para organizar os processos de aprendizagem da sociedade tanto a nível intelectual, emocional, ético e cultural.

## **2.2 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE CIDADANIA: A IMPORTÂNCIA E FINALIDADE DA EDUCAÇÃO**

A escola nada mais é do que uma instituição social que produz e reproduz relações sociais. A mesma tem o papel fundamental na formação moral das pessoas, ao cabo que todo cidadão tem direito à educação, independentemente de sua classe social, cor, etnia, entre outros aspectos. O Estado tem o dever de prover uma educação de qualidade para todo e quaisquer cidadão, independente de sua classe social.

A escola além de produzir conhecimentos, também transforma a vida social dos indivíduos, aumentando suas perspectivas quanto a sua vida, pois é a partir da absorção do que é ensinado que a população consegue sensibilizar-se quanto aos seus direitos e deveres.

Percebe-se na realidade que o sistema capitalista impõe um modelo hierárquico e desigual, onde aqueles com condições financeiras melhores conseguem uma boa formação acadêmica e profissional. Em contrapartida, os que

dispõem de menores condições financeiras ficam a mercê dos capitalistas, que de certa forma se aproveitam da situação, explorando-os descaradamente.

Todo esse contexto social vem sendo melhorado aos poucos, embora ainda esteja longe de se findar essa prática, pois é dessa forma que os detentores de poder conseguem manipular as classes subalternas. Ou seja, através da falta de conhecimento dos populares, tornando-se mais fácil a submissão, onde o cidadão deixar de exercer seus direitos e deveres, por não saber ou conhecer aquilo que é adquirido por lei.

Não se percebe outra forma de solucionar esse problema a não ser através da escola, tendo em vista que é através da educação que o cidadão consegue encontrar seu papel na sociedade. Sendo um ponto de partida para a inclusão social do ser humano, do mesmo modo que contribui para uma sociedade igualitária naquilo que diz respeito ao alcance da cidadania.

A sociedade e a educação durante a Primeira República Brasileira ao aceitar a idéia da transição de uma “sociedade fechada” para uma “sociedade aberta” torna-se necessário identificar o papel desempenhado pela escolarização no sentido de favorecer ou dificultar esta passagem. O autor ainda esclarece que a maior prova disto foi o aparecimento do interesse pela escolarização e o marcante entusiasmo pedagógico, visto que existe a crença de que quanto mais disseminar a escolarização e o número de instituições escolares, maior possibilidade de incorporar camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações (NAGLE, 1974, p.99-101).

Nessa perspectiva é inviável tratar a respeito da escola sem antes relacionar a junção entre educação e a sociedade, nem desconhecer as questões que buscam compreender a relação educacional entre produção e reprodução na



função das relações sociais. Assim sendo, é necessária a inserção da educação para transformação da sociedade.

Uma educação transformadora que consegue a emancipação, pois através da mesma nos tornamos protagonistas das nossas decisões. Uma educação emancipatória para a autonomia requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, durante toda vida dos indivíduos, a educação emancipadora pressupõe desenvolver competências para criar condições para transformar processos e estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas.

## **2.3 OS DESAFIOS DA ESCOLA NO SECULO XXI**

Sabe-se que a educação brasileira ao longo de sua história tem sido marcada por profundas mudanças e reformas para adequação do enfrentamento de expressões da questão social a partir dos níveis de ensino, tendo como dimensões as evoluções essenciais da sociedade.

A definição de que a educação é um direito de todos, possui garantia de um princípio fundamental. Segundo GADOTTI (2000), o conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso há um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação, visto que é ela que proporciona a cada brasileiro independente de sexo, gênero, raça, localização geográfica, idade, religião, entre outras, uma educação pública, gratuita e de qualidade em todas as etapas e modalidades de ensino.

No contexto histórico da educação brasileira, pode-se observar que grandes avanços foram necessários para a sociedade ter acesso à educação, pois políticas, planos, programas, leis, diretrizes e propostas, foram essenciais para a redução de desigualdades sociais, tais como: a acessibilidade do indivíduo à educação, sua permanência no âmbito escolar, no nível de alunos matriculados e que concluíram o ensino médio, na ampliação de profissionais da educação e ao número de capacitação dos profissionais, etc., tendo como finalidades a melhoria da qualidade educacional do país.

No entanto, diante de determinados avanços citados acima, é possível visualizar diversos problemas e desafios persistentes no cenário educacional, como: alunos que não chegam a completar doze anos de estudo, baixos rendimentos escolares, ocorrência de casos de violência e de uso de drogas no recinto escolar, fragilidade do trabalho docente, incapacidade técnica de gestores promovida por falta de conhecimento, precarização na estrutura física de equipamentos educacionais, desinteresse de aprendizagem por parte dos alunos, evasões escolares, entre tantas outras expressões de questões sociais.

Segundo PIANA (2009), mediante essa realidade, é que o Serviço Social é uma profissão que vem se construindo a sete décadas de existência no Brasil e no mundo; com seu caráter sócio-político, crítico e interventivo tem ampliado a ação em todos os espaços em que ocorrem as diversas refrações da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

Está inserido nas diversas áreas de direitos, no universo da família, no mundo do trabalho, nas políticas sociais públicas e privadas, nas questões ambientais, nos grupos étnicos, em diversos segmentos da sociedade brasileira: da

criança, do adolescente, do jovem, do idoso e outras formas de violação dos direitos sociais. Tais situações demandam um trabalho de planejamento, de gerenciamento, de administração, de assessoramento às políticas, a programas e serviços sociais, de análise da realidade social e institucional, a ações incisivas e transformadoras junto à população usuária. Trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

Desta forma, é importante ressaltar a necessidade da colaboração do serviço social no campo educacional inserindo-se numa dinâmica pedagógica a fim de desenvolver ações interventivas nas diversas manifestações das expressões da questão social apresentada pelo aluno além da sala de aula.

A escola tem como papel a formação do cidadão, enquanto o Serviço Social atua no enfrentamento das expressões da questão social e na emancipação dos sujeitos.

### **3. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

A educação é um direito de todos os cidadãos garantido por lei através da nossa constituição vigente e ofertado pelo Estado, e que desde então vem sofrendo constantes mudanças ao longo do tempo. O que claramente acaba formando um importante instrumento de produção e reprodução social do sistema capitalista, como também controle do Estado sob as classes.

Desde então, muitos problemas estão acontecendo decorrentes das correlações de forças existentes através do sistema capitalista. Dessa forma, impele-se o surgimento da chamada questão social, objeto de estudo do Serviço Social.

Os capitalistas enquanto proprietários do capital e os operários enquanto possuidores de sua energia, sem a qual os meios de produção apropriados pelo capitalista não funcionam. Por isso, o interesse básico que define os antagonismos e, conseqüentemente, a relação entre as classes, é a propriedade privada dos meios de produção definindo também esta relação como luta, ou mesmo como uma guerra de classes. (RIBEIRO, 1999, p.148).

Dada a complexidade do sistema educacional, o Serviço Social se insere nesse contexto trazendo importantes contribuições para o desenvolvimento da política pública de educação, visando assim à inclusão social e o alcance da cidadania para população independente da classe social.

A partir do momento que surge a problemática institucional é preciso que haja um trabalho investigativo minucioso que busque as conseqüências,

envolvendo-a na tentativa de minimizar ou solucionar o problema existente através de medidas que possam possibilitar uma maior abrangência.

Mediante a vulnerabilidade exposta pelo sistema educacional brasileiro, compreendemos a real necessidade de o Estado desenvolver e aplicar políticas públicas interventivas voltadas ao melhoramento da educação. Nisso, evidencia-se todas as formas de aprendizagem absorvidas pelo aluno, independente da maneira como é repassada. Sendo assim, é possível identificar alguns problemas e dificuldades enfrentados pelos próprios, analisando prováveis motivos os quais podemos intervir para solucioná-los.

Assim, compreende-se que o profissional do Serviço Social tem como papel fundamental entender as expressões da questão social, para que possa executar seu trabalho no ambiente educacional. Nesse sentido, entendemos que o Assistente Social no espaço escolar tem o objetivo de unificar e proteger os vínculos familiares. E para isso é necessário instruir devidamente os indivíduos constituintes de toda e qualquer família.

De acordo com FALEIROS:

O fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. [...] A capacitação para assumir e enfrentar a sobrevivência pode ser uma das mediações de fortalecimento dos sujeitos. [...] No processo de autonomia de crianças e adolescentes é preciso desenvolver mediações de uma relação e reação diante da correlação de forças que lhes é desfavorável, e que descamba, não raro, na violência (2010, p. 63).

Dessa forma, demonstra que o Assistente Social atua no sentido de motivar e favorecer a transformação dos sujeitos dentro do ambiente escolar. Desse modo, pode ser refletida a realidade social de cada indivíduo, trabalhando

minuciosamente o potencial para o alcance de sua autonomia cidadã. Destarte, o assistente social tem a preocupação de favorecer ao indivíduo a assimilação da verdade que é a vida para uma educação emancipada, sobretudo, com a introdução de uma visão ampla e não simplista.

### **3.1 O PROJETO DE LEI 3.688/2000 QUE DISPÕE SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA**

O Projeto de Lei nº 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica, foi apresentado na câmara dos deputados no dia 31 de outubro de 2000, com autoria do ex. deputado José Carlos Elias (PTB/ES).

Conforme relata a deputada Celcita Pinheiro, no relatório de Comissão de Educação e Cultura (2005), a justificativa do deputado para defender a PL nº 3.688/2000 é que “a presença de assistentes sociais nas escolas, e seu trabalho junto aos estudantes e suas famílias, contribuiriam para melhoria do rendimento escolar, uma vez que estes seriam capazes de tratar problemas sociais que interferem na trajetória de escolarização das crianças”.

Esta justificativa contribuiu para direcionar demais projetos na busca de possibilidades para redução das expressões da questão social no âmbito escolar. Ora, as principais causas de repetência de série, dificuldade de aprendizagem, violência e evasão escolar dos alunos estariam diretamente relacionadas às condições socioeconômicas e culturais das famílias.

O projeto de lei foi aprovado por unanimidade pelos/as deputados/deputadas da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Seguindo adiante para a Comissão de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) o qual tramitou na casa até 2007, quando foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal.

Ao iniciar a tramitação no Senado Federal, o PL obteve a designação de PLC (Projeto de Lei de Origem da Câmara) nº 060/2007, sendo apreciado pela Comissão de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Em razão da garantia de direito à educação com qualidade, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), enviou um apoio para aprovação da PLC 060/2007 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica reforçando que:

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e à permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069/90) e na Lei de Diretrizes Bases da Educação (9394/96) dentre outras, tende como finalidade, a formação de sujeito para o exercício da cidadania, preparando para o trabalho e sua participação na sociedade. Assim a qualidade dos serviços prestados à população e de modo especial ao usuário de escolas públicas, tem como seu pleno desenvolvimento (...). A abertura desse espaço de inserção de profissionais para assistentes sociais em todo o Brasil representará a ampliação da equipe multiprofissional na área da educação e contribuir na melhoria das condições para o acesso ao direito à educação, tendo em vista a complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida neste processo. (BRASILIA, 2009).

Segundo reportagem do informativo eletrônico do Conselho Federal de Serviço Social, o projeto passou por diversas comissões no Senado até novembro de 2009, quando foi apreciado e aprovado pela casa com emendas, com a

necessária alteração do termo Profissional de assistência social que constava no projeto original, para “Profissional de assistência social”. No qual o Projeto de Lei foi devolvido para a Câmara, para ser analisado a partir da nova ementa (CFESS, 2010).

No entanto, em 2010, o referido projeto obteve a sua designação original de PL 3688/2000, tramitou na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), sendo aprovado por unanimidade, sem alterações, seguindo para a Comissão de Educação e Cultura (CEC), onde a deputada Keiko Ota foi designada relatora, em maio de 2012.

Após fazer algumas análises, entre elas, os estudos das pesquisadoras Raquel Souza Lobo Guzzo e Adinete Souza da Costa Mezzalira (2008-ano da educação para os psicólogos. *In Psicologia Escolar- identificando e superando barreiras*, Ed. Alínea, 2011) e da pesquisadora Eliana Bolorino Carterior Martins (*Educação e Serviço Social- elo para a cidadania*. Ed. UNESCO, 2012), a deputada Keiko Ota apresentou um parecer favorável à aprovação do texto substitutivo do senado.

Mas o deputado Alex Canziani, por orientação da bancada do governo, entendeu que o PL, se aprovado, teria impacto financeiro nos orçamentos da educação nos estados e municípios, no qual mereceria discussão e análise do Ministério da Educação – MEC (BRASILIA, 2015).

Em discurso a conselheira do CFESS, Maria Elisa Braga, defende o PL, argumentando a educação como uma luta para o alcance da qualidade na política educacional brasileira, na explicação, ela diz:

“A presença de assistentes sociais nas redes básicas de ensino não é uma despesa e sim um investimento na garantia de que crianças e



adolescentes tenham acesso e permanência nas escolas, de que a gestão democrática da comunidade escolar se fortaleça, de que o trabalho com as expressões da questão social do espaço educacional sejam mediadas e enfrentadas” (CRESS, 2011-2014).

Contudo, é de grande relevância a inserção dos profissionais de serviço social e de psicologia no âmbito escolar, já que os mesmos possuem capacidades técnicas de análise para interferir nas diversas situações envolvendo o alunado, visto que o PL 3688/2000, prever a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas mediações das relações sociais e institucionais.

### **3.2 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Segundo IAMAMOTO (2010), O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão de alta relevância social à medida que intervém em diversas realidades contemporâneas que debatem as consequências das manifestações da questão social impostas pelo sistema capitalista.

O Projeto Ético Político do Serviço Social tem como pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira.

O valor do assistente social no trato qualitativo da educação vem nortear o compromisso ético-político da profissão, pois o mesmo, por exemplo, tem agora a responsabilidade de assistir os alunos, como também no debate com os docentes a

respeito das problemáticas as quais são sentidas pelos alunos, que acabam transparecendo tais realidades no contexto educacional.

A presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético político profissional, que se visualiza, no Brasil, um considerável aumento do Serviço Social na área da educação.

O assistente social na escola tem como objetivo auxiliar a equipe interdisciplinar no enfrentamento das questões sociais que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho do assistente social na educação é, em primeiro lugar, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões da questão social. Situações onde podem ser destacados aspectos relacionados ao fracasso escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, crianças e adolescentes vítimas de violência e etc.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborou um Parecer Jurídico 23/00, em 22 de outubro de 2000, que analisa os aspectos jurídicos e legais da implantação do Serviço Social nas escolas públicas de educação básica, onde dispõe as atividades técnicas profissionais que o profissional do Serviço Social deverá desenvolver nas escolas:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações

sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93 (CFESS, 2001, p. 13).

O profissional partindo de sua formação, seguramente embasado nas diretrizes curriculares, que segundo SANTOS, N. S. (2012) possui seu alicerce na teoria social-crítica, visando construir um perfil teórico-crítico (capacidade para fazer uma leitura crítica da realidade), técnico-operativo (profissional interventivo, que possui um conjunto de técnicas e instrumentos que possibilitam a intervenção) e ético-político (o agir tem uma intenção e valores do código de ética).

Devendo atuar sobre as várias necessidades existentes dos alunos acolhidos. Este fará uma articulação entre as famílias e a escola, unindo os pais e os profissionais da escola, reforçando a responsabilidade destes pelo processo de aprendizagem dos filhos.

As atribuições e competências dos assistentes sociais devem ser orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

O Serviço Social nas escolas públicas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as expressões da questão social mais pertinente não são trabalhadas pela escola. Sua implantação no

meio escolar é uma das medidas que pode criar condições para a prática da cidadania, o que certamente contribuirá para a inclusão social das crianças e adolescentes e refletirá nas relações sociais familiares.

A universalização do acesso à educação se traduz, portanto, em um princípio que ultrapassa a compreensão seletiva e restrita de que as políticas sociais devem ser dirigidas a determinados segmentos sociais. E, particularmente, aos que delas necessitam, situando a educação no campo dos direitos humanos e sociais, concebendo a política educacional enquanto política efetivamente pública que coloca ao alcance de todos, os conhecimentos, a cultura e a tecnologia socialmente produzidos, como uma herança de nosso tempo. A atuação do assistente social na política de educação deve pautar-se neste princípio, já presente em nosso Código de Ética.

A constituição de uma política educacional, fundamentada na formação humana integral e emancipatória, sugere a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias. A afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e em especial na construção de uma nova ordem societária.

Dessa forma, a atuação do Serviço Social espraia-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos/as educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos diversos educadores do sistema de ensino.

E ainda, apresenta-se como possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais Políticas Sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos. Assim, afirmamos a necessidade de institucionalização do Serviço Social na Educação a partir do seu significado social, considerando:

- 1) A necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento importante na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania;
- 2) A necessidade de articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência e sucesso escolar;
- 3) A necessidade de inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos;
- 4) A orientação à comunidade escolar e à articulação da rede de serviços existente visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”;
- 5) O incentivo à inserção da escola na comunidade articulando-a as demais instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação;
- 6) A articulação das políticas públicas, das redes de serviços de proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, do sexismo, do racismo, da homofobia e de outras formas de opressão, do uso indevido de drogas e de outras possíveis formas de violência. (CFESS, 2001)

Tendo em vista as necessidades mencionadas acima, podemos destacar a importância do profissional diante de suas atribuições, para que possa desempenhar seu trabalho de forma a contribuir com a melhoria significativa para o alcance de resultados qualitativos no contexto educacional.

## **4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO EM PROPRIÁ/SE**

O presente capítulo retrata a construção e a aplicação da pesquisa de campo desenvolvida no colégio supracitado, de modo que pudemos notar as variadas expressões da questão social no que tange ao meio educacional, espaço esse que necessita da inserção do assistente social.

### **4.1 HISTÓRICOS DA ESCOLA**

Para a construção do presente histórico, utilizou-se de documentos institucionais que continham informações da instituição. Dando continuidade, a instituição de ensino, denominada como Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Britto, encontra-se localizada Praça Fausto Cardoso, Nº 195, Propriá/SE.

O Colégio Estadual João Fernandes de Britto foi criado em 1925, e no dia 02 de abril do mesmo ano iniciou suas atividades letivas. Sua criação deve-se ao governador do Estado na época, Graccho Cardoso, e do prefeito da época, Hercílio Britto.

Em homenagem ao “Cel. João Fernandes de Britto”, o governo estadual decidiu dar o nome à instituição em estudo. Vale ressaltar, que o João Fernandes de Britto nasceu no Município de Porto da Folha/Sergipe, no dia 14 de Novembro de 1855 e faleceu dia 16 de dezembro de 1916, aos 61 anos de idade na cidade de Propriá/SE.

A primeira denominação foi Grupo Escolar “Cel. João Fernandes de Britto”, que perdurou desde sua inauguração em 1925 até o ano de 1976.

Em 1969, na gestão do governo Lourival Batista, a referida Unidade Escolar teve suas instalações ampliadas e por força do Decreto Lei nº 3.321, datado de 09 de Janeiro de 1976, foi alterada sua denominação de Grupo Escolar “Cel. João Fernandes de Britto” para Escola de 1º Grau, “Cel. João Fernandes de Britto” e a partir desta data, passou a ministrar de 1ª a 8ª série do Primeiro Grau, hoje Ensino Fundamental.

A direção atual do Colégio informou que existem no estabelecimento as séries finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º Ano e o Ensino Médio do 1º ao 3º Ano, hoje matriculados na instituição soma-se um total de 844 alunos organizados nos turnos matutino, vespertino e noturno.

É importante lembrar que o Colégio Estadual João Fernandes de Britto ao longo da sua história, ou melhor, aos seus 90 anos, dedicaram-se a prestar relevantes serviços educacionais à sociedade propriaense e estudantes de municípios circunvizinhos, tanto sergipanos quanto alagoanos.

Têm em igual modo, dedicado atenção para o desenvolvimento de suas funções educativas, continuamente voltadas para o exercício da cidadania, ações participativas e princípios de sociabilidade. Sua proposta curricular é fundamentada no aprendizado de conceitos democráticos e fins éticos, liberdade, respeito, dignidade, justiça, diálogo e verdade.

## **4.2 PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS PELA ESCOLA CORONEL JOÃO FERNANDES DE BRITTO**

A escola vem notoriamente se desenvolvendo ao longo dos anos, entretanto, fica difícil falar em ambiente educacional e não relacioná-lo à sociedade na qual vivemos. Os acontecimentos observados no meio escolar são reflexos da realidade atual que se vivencia.

É possível refletir sobre os acontecimentos vivenciados nos dias atuais. A sociedade vem mudando ao longo do tempo, mas a estrutura de ensino vem sofrendo um retrocesso com relação ao seu desenvolvimento. O que deixa, de fato, seus profissionais e a gestão das políticas públicas a mercê do sistema capitalista, origem de boa parte das reclamações mencionadas pelos entrevistados, onde os próprios assumem diversos papéis aos quais vão além das suas atribuições.

Com base na pesquisa de campo realizada no Colégio Estadual João Fernandes de Britto, localizado no município de Propriá/SE, podemos destacar alguns pontos coexistentes de demanda do assistente social em meio aos relatos dos professores e alunos entrevistados.

Através das entrevistas, percebe-se que os problemas mais frequentes encontrados na escola, e que foram mencionados pelos professores e alunos dizem respeito às dificuldades no âmbito escolar para o aprendizado dos mesmos, principalmente na falta da participação dos familiares no acompanhamento escolar, situação essa que reflete em várias consequências, dentre elas:

- Evasão escolar
- Desinteresse pelo aprendizado



- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos decorrente do uso de entorpecentes
- Bullying
- Gravidez na adolescência
- Violência doméstica

A instituição de ensino pesquisada diante das expressões da questão social expostas acima clama pela intervenção do Serviço Social, como também de outros profissionais que podem o auxiliar, como psicólogo, sobretudo, no que tange a uma contribuição precisa para o crescimento da educação brasileira, e esse não somente no processo ensino – aprendizagem como também no bem estar físico, mental e social da sociedade.

#### **4.3 VISÕES DO CORPO DOCENTE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Diante do que foi exposto na pesquisa realizada com o corpo docente presente no Colégio Estadual João Fernandes de Britto no município de Propriá/SE, é possível afirmar que a:

“A educação em si vai além do escrever, ler, calcular, é a própria formação do indivíduo para conviver em sociedade, desenvolvendo habilidades e possibilidades”. (Entrevistado A)

“A educação é o grande sustentáculo da sociedade, pois o mesmo está diretamente relacionado ao desenvolvimento de um país”.  
(Entrevistado B)

Nesse sentido, é importante compreender que os professores observam a educação como uma política de inclusão social, que pode dar o suporte necessário para o aluno desenvolver seu conhecimento no processo de aprendizagem envolvendo-o num novo universo.

Ainda com dados da pesquisa, percebe-se que 100% dos entrevistados possuem formação de nível superior, com função de professores e lecionam entre 22 (vinte e dois) a 30 (trinta anos). Apenas 50% conhecem o projeto de lei nº 3688/2000 e afirmam que a família não participa ativamente das atividades da escola, mas conhece as estratégias da mesma.

Segundo os professores, os desafios enfrentados na escola citada acima:

“Vai desde a não participação da família, aos desinteresses por parte dos alunos, estruturas físicas da escola etc.” (Entrevistado A)

Já o (entrevistado B) diz que são:

“Os comportamentos agressivos, o desinteresse pela aprendizagem, a falta de respeito com colegas e professores e a evasão escolar”.

Contudo, é possível refletir que as demandas emergentes das expressões da questão social justificam a importância da inserção do profissional de Serviço Social no cenário escolar. IAMAMOTO (2008, p. 75) deixa nítido que “O desafio é

redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual”.

Sendo assim, os professores em respostas deixam claro que a inserção do assistente social:

“... irá atuar na melhoria da comunicação e das relações interferindo nos processos de mudança e no clima da instituição” (Entrevistado B).

Os docentes quando se deparam com problemas decorrentes das expressões da questão social como: gravidez precoce, o uso de drogas por alunos, violências, evasão escolar, conversam com os alunos sobre a situação. Posteriormente, encaminham a demanda para a direção ou coordenação, seguindo recomendações a fim de que junto a um profissional da área de educação seja realizada uma destinação correta.

Em questionário entregue aos docentes do Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Britto foi comprovado que 100% dos professores concordam a respeito de quais seriam as atribuições do assistente social na escola, a saber: As pesquisas socioeconômicas e familiares para caracterizar a população escolar; a elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho do aluno; participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, e prestar esclarecimento sobre demais questões de saúde pública; articulação com instituição e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; auxiliar na concretização dos espaços de democratização do ensino, trazendo para

a escola, os alunos, a comunidade e familiares, a necessidade de que os professores visam ser atendidas por um profissional de Serviço Social inserido na escola.

Sendo assim, com base nesta pesquisa, é necessário identificar a real importância da inserção do assistente social na equipe multidisciplinar da escola, já que o mesmo desempenha ações voltadas para atender demandas relacionadas às expressões da questão social.

#### **4.4 VISÕES DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Através da pesquisa buscamos conhecer a opinião dos alunos sobre a importância do Assistente Social na educação. E ainda, o conhecimento dos mesmos acerca do projeto de Lei 3688/2000, que prevê a inserção de profissionais do Serviço Social no espaço escolar. Desse modo, foi realizado no ano 2015 um estudo de campo, onde os alunos do 3º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Britto responderam a um questionário que, factualmente permitiu saber o grau de conhecimento sobre os questionamentos abordados.

O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário com 10 perguntas abertas e fechadas que, possibilitaram identificar dados como as demandas apresentadas na escola e a opinião desses alunos sobre a importância da inclusão do assistente social no quadro de profissionais da educação.

A utilização de Questionário para essa pesquisa junto ao público alvo foi uma escolha pensada, pois de acordo com GIL (2010) o questionário apresenta

algumas vantagens quando comparado com a entrevista, atinge grande número de pessoas, garante o anonimato das respostas e não expõe os pesquisados à influência das opiniões do entrevistado.

Quanto à escolha da escola a ser contemplada com a pesquisa, considerou-se todas as escolas da rede estadual localizadas no município de Propriá/SE. Isso ocorreria tendo em vista a facilidade de acesso ao estabelecimento de ensino escolhido para a referida pesquisa, já que os pesquisadores residem neste município, o que possibilitaria, de fato, uma amostra maior. Devido a alguns contra tempos, a única escola a participar da pesquisa foi o Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Britto.

Visitas foram feitas a essa unidade de ensino para conhecer a realidade dessa escola e do contexto no qual esses alunos estão inseridos. Durante essas visitas, os questionários foram entregues aos mesmos com a ajuda dos professores, onde cada docente que lecionasse no ensino médio, respectivamente no 3º ano, indicaria um aluno, se assim tivesse interesse em participar do questionário.

Dando início à pesquisa, foram entrevistados os discentes presentes, que foram respondidos de forma satisfatória pelos alunos. Vale ressaltar que na semana subsequente, o Colégio entrou em greve, de modo que acabamos perdendo contato com alguns entrevistados.

Ao se fazer uma análise das respostas, fica nítido que 75% dos alunos que participaram da pesquisa não sabem ou nunca ouviram falar do Projeto de Lei nº 3688/2000 que dispõe sobre a prestação de serviços de assistência social nas escolas públicas de educação, como também não sabem as reais atribuições do profissional de Serviço Social.

Sobre o exposto acima, ficou evidente que os problemas das expressões da questão social estão sendo refletidos no âmbito escolar, como:

- Falta de investimento na Educação
- Estrutura física que atenda as reais necessidades dos profissionais e alunos para que possam desenvolver com qualidade o ensino - aprendizagem.
- Desinteresse pelo aprendizado por conta da metodologia de ensino abordada ou professores não capacitados.

A hostilidade na escola transcende a questão pedagógica e assume o status de questão social, um problema grave e complexo em nossa sociedade, e que, segundo Lopes Neto (2005, p.165), “é provavelmente o tipo mais frequente e visível da violência juvenil”.

No entanto, o Bullying é definido como:

[...] um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento bullying (FANTE, 2005, p. 28).

Segundo os alunos do 3º Ano entrevistados, um dos fatores mais recorrentes do Bullying são as desigualdades econômicas, fazendo com que as pessoas que tem uma condição de vida mais elevada se sintam no direito de julgar

os outros, que na concepção deles são desfavorecidos. E outro fator da rejeição é a etnia onde a cor da pele influencia nas relações sociais.

Ficou evidente que mesmo desconhecendo a função do Assistente Social na escola, 100% dos entrevistados consideram relevante a inserção do profissional do Serviço Social neste espaço, para uma melhoria na qualidade de vida e aprendizado.

## 5. CONCLUSÃO

Com a realização da pesquisa, os resultados alcançados foram de extrema importância, pois fica clara a necessidade da inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da escola. 100% dos professores que compõem a amostragem acreditam que é positiva e clarifica que o assistente social pode apoiar o docente na sua relação com o aluno; auxiliar com o processo educativo e na gestão da escola e ser o intermediário entre a família - escola no que repercute as expressões da questão social.

Também fica evidente que a escola enfrenta problemas diários e que essas questões são nada mais e nada menos que atribuições do Assistente social, pois o mesmo tem capacidades e qualificações para uma intervenção pautada na busca dos direitos inerentes a cada cidadão.

Segundo AMARO (2011), o assistente social se incorpora no espaço educacional dotado de sua habilidade de lidar com as diferentes situações sociais excludentes que conturbam a escola, e com os processos de resgate e fortalecimento da cidadania.

Quanto às demandas sociais que fazem parte do cotidiano escolar, e que pedem a intervenção de um assistente social, a violência (escolar, familiar e bullying) é a demanda mais urgente para os participantes da pesquisa, como também, a vulnerabilidade às drogas.

Para o Serviço Social este estudo permite compreender as demandas enfrentadas pelos professores no âmbito escolar e as dificuldades que os alunos passam no âmbito educacional, no que se diz respeito as expressões da questão



social levando em consideração informações concretas de fatos analisados no decorrer deste estudo como também em embasamento teórico, torna-se clara a importância de compreender a necessidade do Serviço Social no espaço escolar como instrumento de luta contra a violência, a exclusão social, a evasão escolar e as diferentes formas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de focalizar a instituição familiar e toda a sua estrutura como parte importante para o aprendizado dos alunos. Estas demandas sociais circunscrevem a profissão e este projeto de inserção do Serviço Social nas escolas precisa ser cada vez mais defendido.

Vale ressaltar, que esta luta consiste em consolidar bases de sustentação no espaço escolar através do estabelecimento de relações de diálogo, socialização e acolhimento, buscando a efetivação de direitos, para assim avançar na superação de suas fragilidades.

Sendo assim, a Assistência Social também é, hoje, uma demanda emergente da política de educação, no que se refere aos benefícios prestados aos alunos, ao atendimento social às suas famílias e à orientação para a organização social.

## 6. REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**. Bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais**. In: QUINTÃO, André. O Serviço Social e a política pública de educação. Belo Horizonte. Disponível em: [http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao\\_estagio/documents/13\\_ServicoSocialnaEducacao.pdf](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf) Acessado: 12/03/2015.

BETOLDO, Edna, MOREIRA, Luciano Accioly Lemos, JIMENEZ, Suzana. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

BISPO, Alessandra Barbosa; SANTOS, Ana Luzia; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Fundamentos históricos da educação**. Aracaju: Gráfica Gutemberg, 2009.

BONIN, LFR. **Educação, consciência e cidadania**. SILVEIRA, AF., *et al.*, org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Pp. 92-104. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books. Disponível: <http://books.scielo.org> Acessado: 27/03/2015.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 60 de 23 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica do Brasil. Senado Federal, Brasília, 2015.

\_\_\_\_BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_CFESS, Código de Ética do Assistente Social. Brasília – CFESS, 1993.

CFESS. **Acompanhamento dos Projetos de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado**. Brasília: 2015. Disponível: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/acompanhamento-projetos-delei-fever-2015.pdf>. Acessado: 15/04/2015.

CFESS. **Gestão Tempo de Luta e Resistência** – 2011/2014. Disponível: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/977> Acessado: 15/04/2015

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Subsídios para o debate sobre serviço social na educação**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf> Acessado: 03/04/2015

GRESS – III Simpósio Mineiro de Assistência Sociais: BULLYING ESCOLAR, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: alguns apontamentos para o debate. BH, 07 até 09 de Junho. Disponível: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/BULLYING%20ESCOLAR,%20QUEST%C3%83O%20SOCIAL%20E%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20alguns%20apontamentos%20para%20o%20debate.pdf> Acessado: 10/04/2015

CELCITA Pinheiro. **Relatório da Comissão de Educação e Cultura**. Brasília, 2005. Disponível: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/319599.pdf>. Acessado: 15/04/2015.

Conselho Federal de Serviço Social. **O Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Grupo de Estudo sobre Serviço Social na Educação (Coord.). **Serviço Social na Educação**. Brasília, set. 2001.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DUARTE, Madalena Luzia Pereira. **À DESCOBERTA DA ESCOLA NOVA DE FARIA DE VASCONCELOS**. Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, 2010. Disponível: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3608/1/4561.pdf> Acessado: 04/06/2015

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo. Ed. Cortez, 2010.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Editora Verus, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 02/05/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LELIÈVRE, Françoise; LELIÈVRE, Claude. **Histoire de las colarisation desfilles**. France : Nathan, 1991.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acessado: 29/03/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm). Acesso em 29/03/2015.

LOPES, Eliane Marta Texeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org). **500 anos de Educação no Brasil**. Ed 3ª. Belo Horizonte: Autentica 2003

NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. São Paulo: EPU/MEC, 1974.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e educação: olhares que se Entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, 182-206, 2009.

PINTO, Umberto de Andrade. **O papel e os desafios da educação básica no Brasil**. In: PIMENTA, Selma Garrido e PINTO, Umberto de Andrade. **O papel da escola pública no Brasil contemporâneo/ organizadores-** 1 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

RIBEIRO, M (1999): "Luta de classes: um conceito em estado prático para a leitura dos movimentos sociais". In A. R. FERRARO, e M. RIBEIRO. Movimentos sociais: Revolução e Reação. Pelotas/RS Educat.

SALA, Dalton. Ensaio sobre a Arte Colonial Luso Brasileira. São Paulo: Landy, 2002.

SANTANA, Jacqueline de Menezes de. **Organização da Educação Brasileira**. Aracaju, UNIT, 2010.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço social e educação: contribuições do assistente social na escola**. In: **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI** ISSN 1809-1636.2012. Disponível em: [http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero\\_015/artigos/pdf/Artigo\\_10.pdf](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf). Acesso em: 11/04/2015.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara. 32ª edição – Campinas, Autores Associados, 2003. Disponível em: <http://www.opet.com.br/site/pdf/artigos/EDUCACAO-refletindo-sobre-a-historia-da-educacao-no-Brasil.pdf> Acessado: 25/04/2015

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra ideologia**. 1ª ed. São Paulo: EP. V, 1986.

SCANDELA, Aline Linhares de Oliveira e CARDOSO, Daniele Negrão. **A importância da inserção do profissional de serviço social em cada unidade escolar pública**. 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1121/1072>. Acesso em: 24/04/2015.

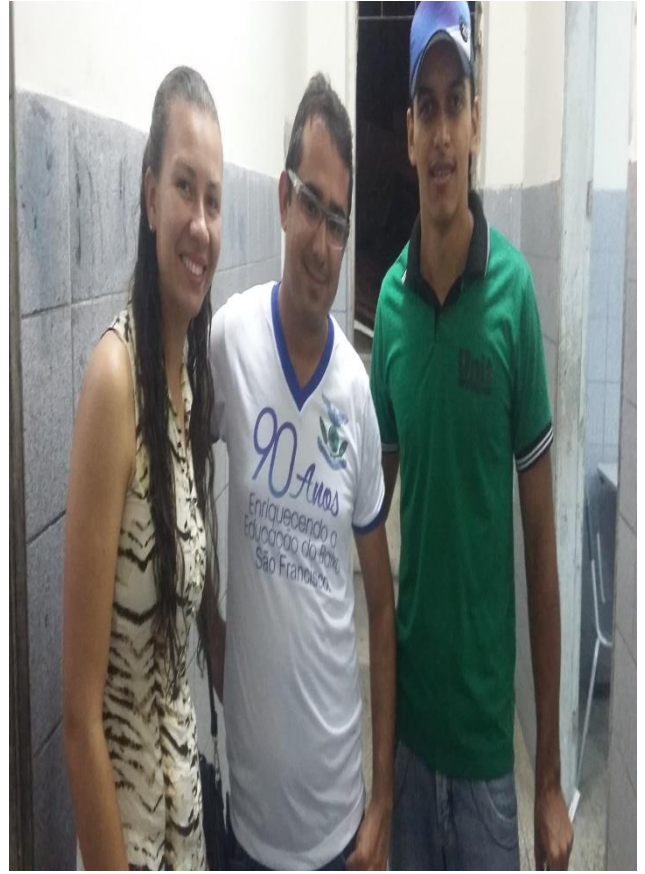
IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” - A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRAVES E AVANÇOS DE UMA ÉPOCA. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Disponível:

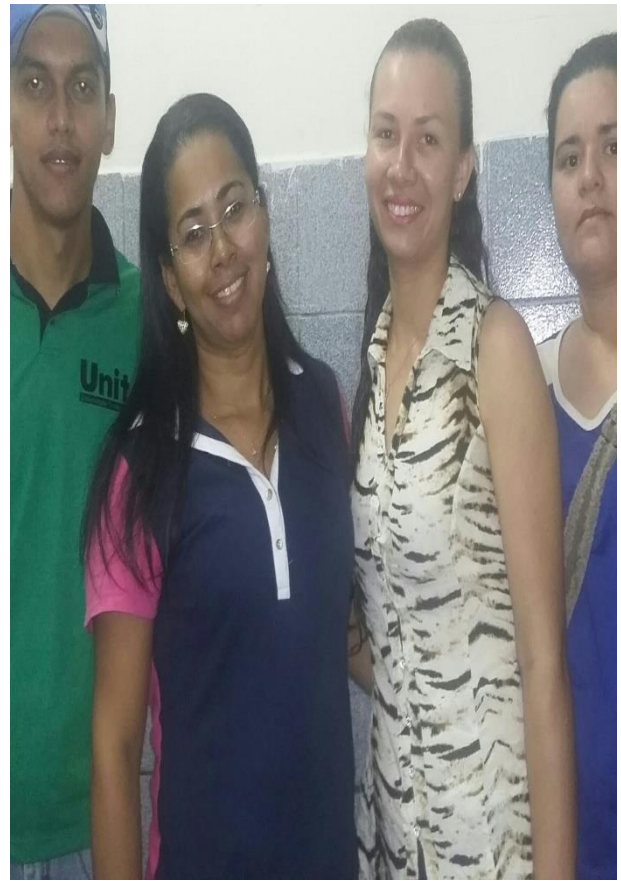
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf)

Acessado: 07/03/15

## **APÉNDICE**







Recebendo os Questionarios dos Professores



Recebendo os Questionarios dos Alunos

## PROFESSOR - QUESTIONÁRIO SOBRE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Este questionário é uma pesquisa de campo para criação de um artigo acadêmico defendendo a importância da Inserção do Assistente Social em Escolas. Por favor, responda com objetividade e sinceridade. Suas respostas e opiniões são de extrema relevância para este estudo.

A devolução deste instrumento caracteriza o consentimento para participar desta pesquisa. Desde já agradeço a todos que puderam participar. Obrigada (o)!

1. Nome? Qual a sua formação? Escola que trabalha? Qual a função que exerce na escola? Há quanto tempo Leciona?

---

---

---

---

2. Número de alunos que estuda na escola:

---

3. Qual a importância da educação para a sociedade civil?

---

---

---

---

4. Quais os desafios enfrentados pelos professores na Política de Educação na escola?

---

---

---

---

5. Qual o papel do professor para a política da educação? Você se sente satisfeito com as condições de trabalho fornecidas ao professor nesta escola?

---

---

---

---

6. Tem conhecimento do Projeto de Lei - PL Nº 3688/2000 que Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica?

( ) Sim

( ) Não

7. Você considera necessária a Inserção do Assistente Social na escola?

( ) Sim

( ) Não

Porquê? \_\_\_\_\_

---

8. Quais são as demandas atuais na educação que pedem a intervenção de um Assistente Social?

Evasão escolar

Desinteresse pelo aprendizado

Problemas com disciplina

Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;

Vulnerabilidade às drogas

Atitudes e comportamentos agressivos e violentos

Gravidez na adolescência

Fome

Violência doméstica

Outro \_\_\_\_\_

9. Nas relações professor/aluno e aluno/professor, qual é o maior desafio da escola?  
É necessário um Assistente Social?

---

---

---

---

---

10. Quando você identifica na escola situações como: evasão escolar, gravidez precoce, uso de drogas, violência etc. Existem, desta forma reflexos da questões sociais que demandam a atuação do Assistente Social. Qual a atitude que você toma?

Encaminho o caso para a Direção e/ou Coordenação da escola

Encaminho o caso ao Conselho tutelar

(    ) Converso com o aluno sobre a situação

(    ) Converso com a família sobre a situação

(    ) Não faço nada.

Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Cite uma experiência na sua jornada pedagógica que teria sido mais fácil com a presença de um Assistente Social.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. A família tem participado das atividades escolares, conhecem as estratégias que a escola adota para solução de seus conflitos?

(    ) Participa e conhece as estratégias da escola

(    ) Participa mas não conhece as estratégias

(    ) Não Participa e não conhece as estratégias

(    ) Não Participa mas conhece as estratégias

13. Como profissionais da educação e da assistência social podem unir esforços em prol do desenvolvimento, proporcionando melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Quais as necessidades dos professores que podem ser atendidas por um Assistente Social na escola?

( ) Pesquisa sócio-econômica e familiar para a caracterizar a população escolar;

( ) Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho do aluno

( ) Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, e prestar esclarecimento sobre demais questões de saúde pública;

( ) Articulação com instituições e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.

( ) Auxiliar na concretização dos espaços de democratização do ensino, trazendo para a escola os alunos, a comunidade e familiares.

( ) Outra \_\_\_\_\_

## TERMO DE CONSENTIMENTO - PROFESSOR

Prezado(a) participante:

Somos estudante do curso de Graduação na Universidade Tiradentes – Propriá/SE. Estamos realizando uma pesquisa, cujo objetivo é estudar a importância do *Serviço Social na Educação: A inserção do Assistente Social nas Escolas*.

Sua participação envolve em uma entrevista em forma de questionário, como também o uso de imagem se assim permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de assim fazer.

***Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo (caso participe e não assine esse termo). Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).***

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) Graduandos de Serviço Social e pesquisador(es), *Gilmara Neres, Genilza Rodrigues e João Paulo dos Santos. Fone 79 99252290/ 88290135/ 98918027.*

Atenciosamente!

---

Assinatura do participante

---

Local e data



## **ALUNO - QUESTIONÁRIO SOBRE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Este questionário é uma pesquisa de campo para criação de um artigo acadêmico defendendo a Importância da Inserção do Assistente Social na Educação. Suas respostas e opiniões são de extrema relevância para este estudo.

A devolução deste instrumento caracteriza o consentimento para participar desta pesquisa. Desde já agradeço a todos que puderam participar. Obrigada!

1- Qual a sua Idade, a Escola onde se encontra matriculado e qual o seu ano de estudo?

---

---

---

---

2- O que você entende por educação?

---

---

---

---

3- Quais os problemas que os estudantes enfrentam na educação?

---

---

---

---

4- Tem conhecimento do Projeto de Lei-PL Nº 3688/2000 que Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica?

( ) Sim

( ) Não

5- Você sabe qual o papel do assistente social?

---

---

---

---

6- A sua família tem participado das atividades escolares, conhecem seu rendimento como, freqüência e nota?

( ) Sim

( ) Não

Porquê? \_\_\_\_\_

---

7- Que fenômenos sociais estão interferindo no processo de aprendizagem?

( ) Evasão escolar

( ) Desinteresse pelo aprendizado

( ) Problemas com disciplina

( ) Insubordinação a limite ou regra escolar;

( ) Vulnerabilidade às drogas

( ) Atitudes e comportamentos agressivos e violentos

( ) Gravidez na adolescência

( ) Fome

( ) Violência doméstica

( ) Outro \_\_\_\_\_

8- Nas relações professor/aluno e aluno/professor, qual é o maior desafio da escola? É necessário um Assistente Social?

---

---

---

---

---

9- Existe Bullying por causa de condições econômicas, sociais, culturais e étnicas no âmbito escolar?

( ) Não ( ) Sim

Exemplifique:

---

---

10- Você considera necessária a Inserção do Assistente Social na escola?

( ) Sim

( ) Não

Porquê? \_\_\_\_\_

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO - ALUNO

Prezado(a) participante:

Somos estudante do curso de Graduação na Universidade Tiradentes – Propriá/SE. Estamos realizando uma pesquisa, cujo objetivo é estudar a importância do *Serviço Social na Educação: A inserção do Assistente Social nas Escolas*.

Sua participação envolve em uma entrevista em forma de questionário, como também o uso de imagem se assim permitir.

A participação nesse estudo é voluntária.

***Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo (caso participe e não assine esse termo). Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).***

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente!

---

Assinatura do participante

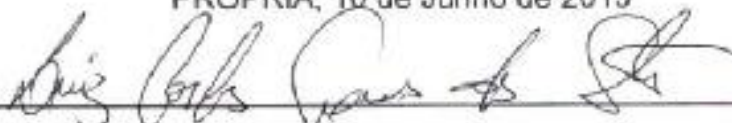
---

Local e data

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO em Serviço Social dos (as) alunos (as) GENILZA RODRIGUES DOS SANTOS, GILMARA NERES VIEIRA e JOÃO PAULO DOS SANTOS da Universidade Tiradentes, campus- Propriá.

PROPRIÁ, 10 de Junho de 2015



---

NOME

Titulação (preferencialmente com carimbo)



República Federativa do Brasil

## Universidade Tiradentes

O RECTOR da Universidade Tiradentes, no uso de suas atribuições, previstas em Lei, tendo presente o Termo de Colação de Grau em Letras, conferido em 08 de fevereiro de 2008 a

### **Luiz Carlos Gomes dos Santos**

nacionalidade brasileira, natural de Propriá-SE, nascido a 23 de fevereiro de 1982, filho de José Nelson Filho e Maria Tânia Gomes dos Santos, RG 1.554.367 - SSP-SE, mandou passar-lhe o presente diploma do Curso de Graduação em

Letras, concedendo-lhe o título de

### **Licenciado em Letras**

a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República. Aracaju, 09 de fevereiro de 2008.

Prof. Ariadne Barreto Silva  
Diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos

*Ariadne Barreto Silva*  
Ariadne Barreto Silva



Prof. Jouberto Góthica de Mendonça  
RECTOR

*Jouberto Góthica de Mendonça*

**Universidade Tiradentes**

Curso de Graduação em  
Letras

Carga horária: 2844 horas  
Habilitação: Português

RECONHECIDO PELA PORTARIA Nº 52 DE 26.05.2006, PUB D.O.U  
Nº 101 DE 29/05/2006, SEÇÃO 1, PAG 21

**Universidade Tiradentes - UNIT**  
**Reconhecida pela Port. Ministerial 1274/94**


Diploma registrado sob nº 017174


Livro: 00170 Fls: 022004 em 31/03/2008

Processo nº 020924/2008

nos Termos do Art. 48, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20/12/96.

Aracaju-SE, 31/03/2008

  
Patricia Macêdo Queiroz Braz  
Chefe do Setor de Registro

  
Prof. Ailde Barreto Silva  
Diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos